

Entrevista com Antoinette Rouvroy: Governamentalidade Algorítmica e a Morte da Política*

Antoinette Rouvroy**

Tradução

Maria Cecília Pedreira de Almeidaⁱ; Marco Antonio Sousa Alvesⁱⁱ

Apresentação dos tradutores

Antoinette Rouvroy é sem dúvida umas das principais referências mundiais no que se refere ao uso dos big data e de algoritmos nas sociedades modernas, tendo cunhado o termo, juntamente com Thomas Berns, de “governamentalidade algorítmica”, agora bastante estudado e difundido. Nesta entrevista, encaminhada com exclusividade à *Revista de Filosofia Moderna e Contemporânea*, a pesquisadora afirma que certas tecnologias pretenderiam eliminar as incertezas sobre o futuro, interferindo e moldando comportamentos humanos. Apesar de tecer duras críticas à atual “sociedade da otimização”, na qual se destacam ao mesmo tempo o afã de otimização e ao mesmo tempo

a espantosa passividade digital, também declara ter esperanças em um futuro não tão distópico. Segundo ela, “a melhor forma de resistência é não se deixar fascinar pela Inteligência Artificial”. Por fim, revela que é preciso lidar com o fato de que os dados são excessivamente centralizados por grandes companhias e fora de qualquer controle de natureza democrática. Portanto, segundo Rouvroy, é preciso repensar profundamente a situação dos dados, para que as instituições possam exercer algum papel, garantindo a transparência e a finalidade de sua utilização. A entrevista foi concedida originariamente ao *Green European Journal*, em inglês, em março de 2020. Aqui trazemos a versão revista e ampliada pela autora, com passagens inéditas.

*Entrevista publicada em 27 de março de 2020, em inglês, no *Green European Journal*. Disponível em: <https://www.greeneuropeanjournal.eu/algorithmic-governmentality-and-the-death-of-politics/>.

**Doutora em Ciências Jurídicas pelo Instituto Universitário Europeu (Florença, 2006), é pesquisadora da FNRS no Centro de Pesquisa em Informação, Direito e Sociedade (CRIDS/Bélgica). Desde 2000, seu trabalho se concentra nas relações entre direito, construção e métodos de risco, ciência e tecnologia, e governamentalidade neoliberal. E-mail: antoinette.rouvroy@unamur.be.

ⁱProfessora do departamento de filosofia da Universidade de Brasília (UnB). Doutora em filosofia pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail: cecylia.a@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3099-0060>.

ⁱⁱProfessor da faculdade de direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Doutor em filosofia pela UFMG. E-mail: marcofilosofia@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4885-8773>.

"A teoria revolucionária também consagrou a viva esperança utópica de que o Estado desapareceria, e que a esfera política se negaria enquanto tal na apoteose de um reino social definitivamente transparente. Nada disso se concretizou. A esfera política desapareceu, com certeza - mas, longe de fazê-lo por meio de uma autotranscendência para o reino estritamente social, a política levou o social ao esquecimento. Estamos agora na esfera transpolítica: em outras palavras, atingimos o ponto zero da política, uma etapa que implica também a sua reprodução e sua simulação infinita. Pois tudo o que não conseguiu transcender a si mesmo só pode se tornar presa de renascimentos sem fim. Portanto, a política nunca terminará de desaparecer - nem permitirá que nada mais surja em seu lugar. Uma espécie de histerese reina no político."

(Jean Baudrillard, *The Transparency of Evil. Essays on Extreme Phenomena*, Traduzido por James Benedict, Verso, 1993 [1990])

Nos últimos anos, episódios como o escândalo da Cambridge Analytica, juntamente com medidas regulatórias como a lei de dados RGPD¹ da União Européia, contribuíram para uma grande conscientização do público a respeito dos riscos potenciais sobre o *big data* e a inteligência artificial. No entanto, privacidade e proteção de dados, não-discriminação e igualdade de oportunidades são apenas a ponta do iceberg. Entrevistamos a filósofa do di-

reito Antoinette Rouvroy para discutir seu trabalho sobre a governamentalidade algorítmica e a profunda transformação que a revolução tecnológica impulsionada pelo neoliberalismo está catalisando na sociedade e na política. O que é necessário, argumenta ela, é um retorno à materialidade e o distanciamento de uma otimização sem fim - e nisto, a União Europeia deve desempenhar seu papel.

¹"General Data Protection Regulation", GDPR, sigla em inglês, referente ao Regulamento Geral de Proteção de Dados da União Europeia. N. dos T.

Para além dos equipamentos e da técnica da revolução tecnológica de hoje, uma mudança mais fundamental e central está transformando as sociedades. Entre outras coisas, você trabalha sobre a questão da governamentalidade algorítmica. O que é a governamentalidade algorítmica?

Antoinette Rouvroy: A governamentalidade algorítmica é a hipótese de um governo do mundo social que se baseia no processamento algorítmico de grandes volumes de dados [*big data*] e não em políticas, leis e normas sociais. Jacques Rancière explicou que existe, na base da política, uma *estética*, ou seja, um sistema de formas *a priori* (convencionais, institucionais) - a divisão entre o tempo e o espaço, o visível e o invisível, o discurso e o ruído - que define tanto o lugar quanto o alicerce da política como uma forma de experiência.² Por contraste, a governamentalidade algorítmica aparece como uma forma *anestésica*, fluida, ágil, perfeitamente destituída de formas *a priori* - inclusive da própria linguagem -, substituídas pelo automático (algorítmico), plástico (ágil), *emergências* hiperfluidas de padrões, pontuações, emparelhamentos, perfis,...detectados e refinados em tempo real por meio de uma detecção geométrica de distâncias e correlações entre pontos de dados [*data points*]

em um espaço puramente métrico. Metodologias *a priori* (princípios e métodos para garantir e manter a confiança nas medições) e padrões de referência dão lugar a padrões de "aprendizagem", e de algum modo uma normatividade digital circular torna-se indiscernível dos loops de feedback ou da recursividade no coração do metabolismo algorítmico. "Desta forma, corpos, ecologias e infraestruturas tornam-se o vetor de uma agência "natural", distribuída, sugerindo um modo de governança não mais visto como externo à vida, mas construído como uma forma participativa de autogoverno interna aos contornos da complexidade social e natural"³. Na prática estatística "tradicional", há sempre hipóteses (categorizações prévias) sobre o mundo, convenções de quantificação. Com os *big data*, a ideia é gerar hipóteses e critérios de classificação *a partir dos dados*. Não se trata mais de governar o que é reconhecível, de julgar, punir e controlar comportamentos passados ou presentes, mas de governar o desconhecido: a parcela incompressível de incerteza em excesso nos cálculos de probabilidade. A computação de *big data* doméstica a incerteza. O objetivo é dispensar a produção estatística de probabilidades - o que ainda exigiria interpretação e seria exposto a contestações - por meio de uma intervenção preventiva: para além de reagir

²J. Rancière, *Le partage du sensible. Esthétique et politique*, La fabrique, 2000, p.12.

³D. Chandler, "Beyond neoliberalism: resilience, the new art of governing complexity", *Resilience: International Policies, Practices and Discourses*, 2:1 (2014): 47-63.

em tempo real a sinais digitais ou alertas, o governo algorítmico gera "alertas" ou "estímulos" para obter como respostas reflexos, e não reflexividade, dúvidas, hesitações e decisões "conscientes". É um modo de governo relativamente subliminar que consiste em direcionar a atenção das pessoas para certas coisas, modificando o ambiente informativo ou físico para que os comportamentos não sejam mais obrigatórios, mas necessários.

Em *The Age of Surveillance Capitalism*, Shoshana Zuboff fala sobre "mercados dos comportamentos futuros". As experiências humanas, que se diz serem "inverificáveis", seriam traduzidas em comportamentos e sinais para que esses dados possam ser vendidos em um mercado. O objetivo é prever, mas isso também não controla o risco completamente?

Algoritmos de aprendizagem de máquinas [*machine learning*] não "veem" nada, nem "olham" para ninguém ou coisa alguma. De fato, os algoritmos não lidam com sujeitos, objetos e nem imagens: seu universo computacional é composto exclusivamente de pontos de dados, padrões, métricas..., que são ao mesmo tempo imperceptíveis e intraduzíveis para a linguagem humana.

Algoritmos "derrotam" nossas imagens, passam por nossas representações humanas, categorias, cosméticas, como se nenhuma delas sequer existisse. Eles parecem alcançar a presumível camada inalcançável de "real" pré-semiótico (desde Kant), contornando o construtivismo social e as infinitas interpretações e absolvendo-se antecipadamente de qualquer forma de crítica.⁴ Os algoritmos aparentemente nos permitem desautomatizar e contestar nossos preconceitos, mas, de fato, existem "vieses" por toda parte na realidade social "datificada" [*datafied*], nas funções algorítmicas objetivas, em métricas, em processos de aprendizagem de máquinas [*machine learning processes*], na interpretação humana de "soluções" algorítmicas, nos impactos desiguais que o mesmo "viés" algorítmico pode ter em diferentes partes da população... mas estes "vieses" se tornam "naturalizados" no metabolismo algorítmico de des-aparecimento anestético. É preciso retro-engenharia e outros esforços tecnologicamente pesados, longos e caros, para "re-criar" "discriminações" perceptíveis a partir do indiscriminado olhar computacional em um processo que consiste em desenhar a sombra de "objetos" que nunca tiveram nenhuma existência material sólida. Os "vieses" são reabsorvidos, obscurecidos nas camadas ocultas das redes neurais, instanci-

⁴Este "realismo algorítmico", e a aura de "objetividade" e "verdade" que acompanha a virada algorítmica, é, neste sentido, perfeitamente alinhada às correntes contemporâneas da filosofia ocidental, chamadas "realismo especulativo", "novo "realismo" ou "ontologia orientada ao objeto", que têm como "inimigos" comuns o correlacionismo kantiano e o construtivismo social.

ados e reforçados através da performatividade dos mecanismos de feed-back loop próprios da recursividade, e, assim, são despolitizados.⁵ O uso dos algoritmos para decisões, nesse sentido, pode parecer tentador para os agentes que desejam diminuir o risco inerente à "decisão". O uso dos algoritmos para decisões também atesta uma saída da era da *crítica*, na qual a crítica era entendida como a prática ou a virtude de questionar e desafiar a construção social de categorias por meio das quais estamos predispostos a perceber, avaliar e julgar o mundo e seus habitantes. Reabsorvendo a representação no interior das camadas ocultas da computação recursiva, a governamentalidade algorítmica aparece de fato como o(s) fim(s) da "retrocritica" genealógica e arqueológica.

Além disso, permitir uma ação preventiva ou uma otimização em tempo real para dissipar os custos da incerteza para o agente ou instituição usando os algoritmos de aprendizado da máquina é também uma forma de "despensar" (*dé-penser*, em francês, significa, ao mesmo tempo, des-pensar, gastar ou exaurir) o futuro. Ao invés de se relacionar com o futuro por meio da imaginação, precaução, prevenção, projeção, antecipação..., a ideia é reduzir a grande variedade de futuros possíveis a um e

apenas um futuro, desprovido de incertezas: substituindo a incerteza pela necessidade. A melhor maneira para se ter certeza do futuro é, de fato, produzi-lo no presente. É exatamente isso que os algoritmos manifestam, sejam os usados no policiamento preditivo, na justiça preditiva ou na avaliação de crédito. Eles "atualizam" no presente o que só existe enquanto "possibilidade". Eles assumem o risco de morte prematura. A governamentalidade algorítmica não leva em conta causas e sinais fisiológicos - ou melhor, simplesmente os trata em igualdade com outros tipos de sinais, por exemplo, o tipo de pessoas com quem você se associa, o que você come, o fato de você ficar acordado a noite toda assistindo filmes na Netflix, o tipo de supermercado em que você compra, ou o fato de você ter recebido aconselhamento matrimonial nos últimos três meses. A partir de todos esses dados distintos, causalmente independentes, os algoritmos constroem uma pontuação de risco baseados em uma lógica puramente estatística. Qualquer coisa pode ser considerada como um "atributo" que contribui para a pontuação de risco. Uma vez detectados os sinais, a pessoa em questão será tratada como se já tivesse "contratado" o risco ou já tivesse "atualizado" o perigo, e poderá então, por exemplo, ter seu seguro de vida cancelado. Não se

⁵Ver Luciana Parisi, "Recursive Colonialism and Speculative Computation", Franklin Humanities Institute (FHI), Duke University, 18 de setembro de 2020. <https://fhi.duke.edu/events/luciana-parisi-recursive-colonialism-and-speculative-computation>

trata de agir sobre as causas, mas de agir preventivamente sobre os efeitos e de uma forma que seja benéfica para aqueles que compram ou projetam o algoritmo, seja para aumentar os lucros ou o controle. Para tomar um único exemplo: o mundo dos seguros, com seu controle de riscos, morre. O mundo do pós-seguro não precisa mais controlar os riscos porque já podemos antecipar sua atualização. A ideia de risco desaparece completamente. Portanto, não tentamos mais impor novas normas ou moldar interações entre as pessoas, mas passamos diretamente à neutralização. Isso não mata a imaginação e a vida? O critério de conveniência desta pontuação é seu caráter "decisivo", sua operacionalidade, e não a sua validade, a sua exatidão, a sua justiça, e nem a sua compatibilidade com ideais de justiça e solidariedade, com as quais uma dada sociedade, em um dado momento, "imagina" como sendo corretos ou justos, ou ao menos como aproximações desses ideais de perfectibilidade do social.

Continuamos a imaginar, mas a imaginação não é mais levada em conta, pois a ideologia técnica dos *big data* promete uma transparência total do social para si mesmo bem como a dissipação da camada de representação axiologicamente suspeita, ideologicamente tendenciosa, politicamente contestável, subjetivamente parcial.

Mas não é apenas a representação do passado e do presente que é fechada, mas também a imaginação de futuros alternativos. A otimização, diferentemente da imaginação ou da antecipação, é exatamente o oposto da política. A política considera transcender o estado atual das coisas. A governamentalidade algorítmica, por outro lado, considera a otimização da situação atual para que ela permaneça o mais favorável possível a certas partes interessadas. É uma nova forma de racionalidade, a otimização de uma multiplicidade de funções objetivas justapostas, que hoje são determinadas principalmente por interesses industriais. O neoliberalismo nos levou a um lugar onde tudo passa a ser calculável. Quais foram os interesses políticos e econômicos que nos conduziram a tal realidade? Os sistemas atuais baseiam-se nas visões de empoderamento que surgiram nos anos 60 e 70, uma espécie de recusa a qualquer heteronomia, um desejo de ser governado apenas por si mesmo, uma espécie de ódio à média e às categorias. É o fim das classes e dos grupos. Os indivíduos não querem que as burocracias - públicas ou privadas - os vejam como membros de uma ou outra classe ou grupo social, mas como seres eminentemente singulares, únicos e criativos. Os *big data* se dirigem a nós enquanto indivíduos, estando o mais distante possível de qualquer ideia do que seja a média. A própria ideia de média desaparece. Hoje,

vivemos em uma sociedade da otimização na qual todos devem se otimizar, para ser e ter tudo, o tempo todo. A personalização em escala industrial não é mais um oxímoro. Todos querem seu ambiente e seu equipamento personalizados. O autor Alain Damasio fala de um " techno-casulo", algo muito aconchegante. Todos tremem de medo com a perspectiva de vigilância em massa, mas os dois andam de mãos dadas. Este hiperindividualismo é o resultado do neoliberalismo: trata-se de julgar a todos ou avaliar as capacidades detectáveis de todos em alta definição ou resolução digital. Mas esta alta resolução digital também implica alta dissolução social: uma expropriação da imaginação política individual e coletiva. É uma obsessão com o "real": tempo real, custos reais, onde esse "real" de fato está nos excluindo como sujeitos. "Nós", ou mesmo "eu", não existimos fora das formas que nos damos. Falamos porque não há nenhum antecedente para a enunciação. "Observemos de passagem que, em francês, uma *persona*, um certo 'alguém', é também '*personne*', 'ninguém': eco da ligação original que solda o determinado ao indeterminado, o algo a alguma coisa, a presença de mil caminhos à ausência de qualquer caminho."⁶ A exclusão do sujeito (a subjetividade sendo substituída pela "objetividade" mecânica; a seletividade sendo substituída por conjuntos

desestruturados de dados infinitamente plásticos em extensão) pelo realismo algorítmico é a exclusão do "vazio" ou do "ponto cego", o "desajuste" ou a não-coincidência que cada sujeito é para si mesmo, o silenciamento de enunciados heterocrônicos, contrafactuais e ante-factuais de motivações e intenções através dos quais os seres humanos contrapõem e exibem sua invencível incompletude. Os sujeitos existem como e em "formas de vida" e em nenhum outro lugar.

Os dispositivos algorítmicos são ainda mais eficazes porque eles permeiam as "formas de vida", o que significa, segundo a definição dada por Giorgio Agamben, que " uma vida – a vida humana – em que os modos singulares, atos e processos do viver nunca são simplesmente fatos, mas sempre e primeiramente possibilidade de vida, sempre e primeiramente potência. Comportamentos e formas do viver humano nunca são prescritos por uma vocação biológica específica nem atribuídos por uma necessidade qualquer, mas, por mais ordinários, repetidos e socialmente obrigatórios, conservam sempre o caráter de uma possibilidade, isto é, colocam sempre em jogo o próprio viver [...] Isso constitui imediatamente a forma-de-vida como vida política. ». Nós somos "formas vivas": " uma vida que jamais pode ser separada da sua

⁶Clément Rosset, *Le Réel. Traité de l'idiotie*, Minuit, 1977/2004, pp.18-19

forma, uma vida na qual jamais é possível isolar alguma coisa como uma vida nua".⁷

É claro que se pode objetar que em alguns casos, esta hiperindividualização que permeia processos de subjetivação - ou "microdireções" - e vigilância pode ter aspectos positivos, demandando comportamentos para o benefício da comunidade, segurança, proteção, sustentabilidade... Por exemplo, a regulação dos prêmios de seguro de carro com base no comportamento do motorista pode ser um incentivo poderoso e bem-vindo para melhorar o comportamento ao dirigir. Entretanto, regular os prêmios de seguro com base no consumo no supermercado ou outras opções e possibilidades pessoais pode ser muito mais problemático (nem todos têm meios para comprar e comer alimentos orgânicos todos os dias nem para viver em um bairro seguro e sem poluição). Mas a virada algorítmica não é a causa disso. É antes o sintoma da ideologia atualmente dominante do capitalismo neoliberal. Hoje vivemos em uma sociedade da otimização na qual todos devem se otimizar, para ser e ter tudo, o tempo todo. Não somos mais julgados por valores ou pela moral. Tudo tem o mesmo valor, por assim dizer. E a melhor forma de satisfazer os consumidores, em tempo real

e sem julgamento, é tocar diretamente em seus impulsos, e não em sua reflexão. Geralmente, levamos tempo para refletir, temos impulsos nervosos que são muito mais lentos do que os sinais digitais. A velocidade do pensamento humano, da reflexão, sofre um curto-circuito pela velocidade da tecnologia digital. Há uma elisão do sujeito.

A exclusão do sujeito é outra forma de ver a crise de representação nos sistemas políticos e econômicos atuais?

M. Horkheimer e T. Adorno, em 1944, já criticaram, à sua maneira, este "achamento" do pensamento ou sua redução ao computacional. "Pensar reduzido a um aparato matemático implica consagração do mundo como sua própria medida". A submissão de toda a realidade ao formalismo lógico, que parece ser o triunfo da racionalidade subjetiva, é alcançada por meio da dócil submissão da razão ao que é imediatamente dado. O conhecimento abandona todas as suas pretensões: compreender o que é dado como tal; não se contentar em relacionar fatos com as relações sócio-temporais abstratas que permitem compreendê-los, mas em vez disso pensar neles como o que emerge, como momentos mediatizados do conceito cuja compreensão se desenvolve

⁷G. Agamben, *Moyens sans fins. Notes sur la politique*, Paris, Payot Rivages, 2002 [1993], p.13-14. Em português, utilizou-se a edição *Meios sem fim: notas sobre a política*. Trad. Davi Pessoa Carneiro. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

⁸M. Horkheimer, T. W. Adorno, *La dialectique de la raison*, 1944.

junto com seu significado social, histórico e humano”⁸.

No entanto, nem tudo é desolação. A possibilidade, por meio da alta resolução digital, de "dar voz" ao pré-semiótico, ao ainda não dito, ao que era desconhecido e inimaginável, nos coloca no limiar do irrepresentável e abre também novas possibilidades políticas. Agora que tudo está capturado, o sistema pode dar voz e peso ao que antes era obscurecido e reprimido sob o jugo da representação dominante (assombrado pelo colonialismo, preconceitos de gênero e opressão). Isto pode parecer muito libertador e alguns estudiosos, como Luciana Parisi, recorrem para a adoção da instrumentalidade e da agencialidade compósita humano-maquínica, numa direção emancipatória. A des-corporeidade, a emancipação de identidades corpóreas definidas, a desorganização e a libertação da vida das formas em que a linguagem opera sua "normalização" repressiva, estão entre as possibilidades oferecidas pela virada algorítmica. Mas o que falta é uma referência coletiva que Guattari e Deleuze chamaram de conjuntos coletivos de enunciação, que enredam, em um território, em uma localidade,

uma variedade de componentes semióticos (linguísticos, gestuais, prosódicos, rituais,...) tendo como origem os corpos materiais, orgânicos e seus encontros.⁹ Nesses agenciamentos, o significado emerge da coletividade e é absolutamente dependente da territorialidade e da corporeidade em sua semiótica intrincada... tudo isso escapa ao computacional, é claro. Há algo que é secretado pelo "comum", pelo "coletivo", que transcende o indivíduo otimizado por si mesmo ou por si mesma. O comum é, por assim dizer, a quarta pessoa do singular, uma singularidade impessoal do "em comum". Completamente esquecido hoje, é o irrepresentável, o não representado nos dados, o incalculável.

O incomputável - o último recalcitrante à governança algorítmica - também se encontra na organicidade, na normatividade da vida: a perspectiva epigenética da própria morfogênese.¹⁰ O termo Antropoceno nos engana porque sugere que tudo depende de nós (ainda que o conceito de Antropoceno obscureça o fato de que o mundo ocidental é de fato culpado pela maioria dos danos ecológicos e climáticos) e que não há natureza, nenhuma "vida", independente de nós mesmos, que nós, então, esta-

⁹Os filósofos franceses Félix Guattari e Gilles Deleuze desenvolveram pela primeira vez o conceito de teoria do agenciamento em seu livro de 1980, *A Thousand Plateaus*.

¹⁰O capitalismo neoliberal tende a apresentar organismos vivos como eminentemente plásticos e adaptáveis às "necessidades" sócio-econômicas que, por contraste, aparecem como tendo uma natureza fixa. (Sobre este assunto, ver A. Rouvroy, *Human Genes and Neoliberal Governance. A Foucauldian Critique*, Routledge-Cavendish, 2017). Por "plasticidade", aqui, eu prefiro me referir ao que Catherine Malabou apresentou como a recalcitrância da própria biologia, ou organicidade - através da epigênese - à domesticação biopolítica. Ver Catherine Malabou, *The Ontology of the Accident: An Essay on Destructive Plasticity*. Polity, 2012.

mos ou devemos estar no controle de tudo, assim como nas sociedades capitalistas a instituição imaginária da sociedade é uma instituição de extrativismo e exaustão. Como Luigi Pellizzoni explicou, "os fundamentos conceituais (...) estão em uma nova compreensão da qualidade ontológica do mundo biofísico. Este último é concebido como totalmente plástico, controlável, aberto a uma agência humana em constante expansão".¹¹ Isto se encaixa numa representação da vida como puro fluxo de informação recombinação - e reprogramável. No entanto, há natureza fora de nós, que não é representada nem representável na forma de dados e isto é exatamente o que é o "viver".

Vejam a atual pandemia mundial de coronavírus. A governamentalidade algorítmica não viu nada chegando, perda que estava em um sonho tecnoimune de "eficiência". Tendo se tornado imune aos excessos do possível sobre o otimizável, tendo pensado que tinha esgotado o mundo, embora tenha apenas esgotado a sua própria realidade, a governamentalidade algorítmica não quis mais saber de nada e desistiu de antecipar o impossível: a possibilidade do imprevisto. A governamentalidade algorítmica havia se tornado tão fechada no mundo digital que havia perdido o contato com o continente, com a fragi-

lidade dos organismos, com a inocência implacável e incontestável do mundo e seus pangolins, que o que tinha que acontecer aconteceu. A governamentalidade algorítmica estava rodando em suas nuvens enquanto o pequeno monstro florescia, engolfando o mundo no ponto cego do digital.

Entretanto, a governamentalidade algorítmica tem um antropocentrismo absoluto: trata-se de reivindicar que a racionalidade humana pode ter controle sobre tudo o que não é humano no mundo. Isso é desolador. Você vê alguma luz no final do túnel?

Há vislumbres de esperança em toda parte. O capitalismo que esgotou todos os recursos materiais e agora está explorando o virtual é uma super ficção, completamente desconectado da materialidade. A melhor forma de resistência ou rebeldia é provavelmente não se deixar fascinar pela inteligência artificial (IA). Os especialistas em IA desmistificam-na melhor. Eles são os melhores defensores da política: Yann LeCun, chefe da IA no Facebook, diz que uma IA nunca será mais inteligente do que um gato. Os especialistas explicam que a IA é incapaz de perceber o contexto. Devemos ouvir esses especialistas e não a narrativa de soluções

¹¹L. Pellizzoni, "Governing through disorder: neoliberal environmental governance and social theory", *Global Environmental change* 21(2011), pp. 795-803.

puramente tecnológicas por parte da indústria, que foi retomada por políticos que a utilizam para abdicar de sua responsabilidade. O viver está em toda parte; devemos nos concentrar nisto.

O que exatamente é o viver? Devemos voltar à terra, como diz Bruno Latour?

O retorno ao território, o re-habitar, traduz-se politicamente em um relativo retorno ao local. Não há nada de regressivo nisso. Trata-se de focalizar o aqui e agora, a terra sob os nossos pés, que está mais enraizada do que nós. O projeto de globalização e o capitalismo são incompatíveis com a sobrevivência. A otimização é o oposto de nos concentrarmos no que importa concretamente aqui e agora: ela nos hipnotiza e nos dispensa de olhar e estar no mundo. A IA é apenas uma fonte de informação e não será mais útil do que um martelo ou uma pá. A IA pode nos dar mapas interessantes, ajudar a identificar fatos, mas os fatos não falam por si mesmos: eles precisam ser tornados importantes, significativos, e este trabalho é exclusivamente do ser humano.

Politicamente, como podemos combater a governamentalidade algorítmica?

Hoje existe uma passividade digital espantosa. Muitas pessoas pensam que,

com a ajuda da tecnologia, votos digitais, petições e insultos mudarão as coisas, e até levarão a assembleias de cidadãos. Não quero criticar tudo isso, mas o insulto online é o que alimenta o capitalismo algorítmico. Passar tempo sendo insultado no Facebook é o que alimenta a besta. A oposição funciona quando as pessoas se reúnem para fazer algo concreto e tangível - como construir uma casa, criar uma horta, cuidar uns dos outros, ou muitas outras coisas. Um retorno aos "assuntos que importam" é também uma questão de resiliência comum. A pandemia - e sua gestão frequentemente desastrosa - é um espelho que amplifica as terríveis consequências de negar a materialidade em prol da especulação. O vírus não pode ser domado sem se atenuar as desigualdades reais de acesso à saúde e à moradia (este é apenas um exemplo). Nossa razão como seres humanos é limitada porque temos um corpo, um ponto de vista sensorial, e sem ele não podemos conhecer, compreender ou estar no mundo. Ser um corpo com outros corpos, interdependente e exposto a contágios de todo tipo. Somos porosos e estamos todos presos neste Planeta. Isso é o que nos permite e exige que planejemos um futuro que não esteja exclusivamente preocupado ou mesmo pré-determinado por lógicas exaustivas de acumulação e otimização.

Passemos para um assunto diferente, mas relacionado, isto é, o direito quando se trata de *big tech*. Você diz que o Regulamento Geral de Proteção de Dados, a lei de dados da UE introduzida em 2018, é útil, mas que chegou tarde demais e com o alvo errado. Você poderia explicar por quê?

Tenho em mente a lei de concorrência, porque quando falamos de direitos humanos, as questões digitais de proteção da privacidade e da vida privada surgem imediatamente. Mas isto diz respeito à "fortaleza" erguida em torno do indivíduo. Na verdade, a governamentalidade algorítmica não está interessada no indivíduo, mas na intensidade das relações estatísticas descobertas entre os "atributos" infra-pessoais (que poderiam até ser descritos como infra-atributos, sinais sem significado) que transpiram da existência diária, e os padrões de comportamento supra-individuais, impessoais, mas "preditivos" gerados na escala industrial a partir de *big data* (dados comprovados a partir de comportamentos de outras populações). Um "perfil" não é uma pessoa identificada ou identificável, é uma estrutura impessoal ou um padrão. Quando se diz que as pessoas "correspondem" a um perfil, isso não significa que elas tenham sido identificadas, mas que "compartilham" com o pa-

drão um número estatisticamente significativo de infra-atributos. O GDPR¹² está muito concentrado no indivíduo, mesmo que o consentimento ofereça muito pouca proteção. A questão é que hoje o poder reside menos na identificação das pessoas e mais na modelagem de seu possível comportamento coletivo, fazendo com que os "padrões" de modelagem escapem à contestação política. A Europa tem um papel a desempenhar, mas repensando fundamentalmente o status dos dados, mesmo que isso implique em fazê-lo de forma negativa. Toda a situação em torno dos dados é problemática. Hoje, a maioria dos dados é capturada, e não necessariamente produzida, por grandes empresas de tecnologia como Google, Amazon, Facebook, Apple e Microsoft. Os Estados são dependentes destes atores, seja para fins de segurança ou outros propósitos. Os Estados e outros atores da sociedade civil são induzidos a assinar contratos com eles: tome-se, por exemplo, a Agência de Segurança Nacional¹³ nos EUA no combate ao terrorismo ou a crescente dependência das redes sociais para localizar pessoas e reunir famílias após um terremoto ou outros desastres naturais. Os dados são centralizados, fora do controle democrático, por empresas em processo de aquisição de poderes muito maiores do que os Estados. Trata-se de uma ques-

¹²GDPR, sigla em inglês, referente ao Regulamento Geral de Proteção de Dados da União Europeia. (N. dos T.)

¹³NSA, em inglês, National Security Agency. (N. dos T.)

tão geopolítica importante. Que instrumentos a União Europeia dispõe? Em vez de uma narrativa em torno da ética e de forças-tarefa de inteligência artificial, a UE precisa de uma forte lei de concorrência e penalidades financeiras adequadas. A UE também deve contornar a "demagogia fiscal" dos estados membros, permitindo que os principais atores da economia digital não paguem impostos a fim de atrair investimentos. A UE também deve investir em bancos de dados europeus, know-how e inteligência artificial. Infelizmente, a UE está atrasada: não tem a mesma quantidade de dados que seus concorrentes (com exceção de certos setores centralizados, como o da saúde na França ou na Bélgica). Mas, mantenho que o futuro da competição internacional não será a IA, mas o clima e o meio ambiente, o governo dos assuntos reais. Claro que o "urbanismo resiliente", "cidades inteligentes", "ambiente inteligente" são todos apresentados como pretendendo aumentar a sensibilidade social e política e a reatividade em relação às mudanças climáticas e danos ambientais, mas também despolitizam suas causas e as diferentes formas como essas mudanças afetam diferentes populações de seres vivos, apresentando-as como puros efeitos a serem monitorados em tempo real, condenando o "público" à

ansiedade estática da pura presença da crise.¹⁴

Um caminho interessante seria dar aos dados um status completamente diferente. Hoje, ele é visto como um bem, um valor positivo para a sociedade e para a economia. Mas, de uma forma muito material e pragmática, os dados são resíduos tóxicos.¹⁵ A maior parte dos dados não tem significado em si mesma. No momento em que são coletados, eles só têm valor como uma opção, como especulação, para serem potencialmente processados, dissecados e usados posteriormente. Uma vez que os dados estejam expostos, eles permanecem assim para sempre, como a energia nuclear. Talvez devêssemos ver o ambiente digital como acelerador da entropia ecológica. A menor consulta no Google consome uma quantidade incrível de energia. A Europa tem um papel a desempenhar, mas repensando fundamentalmente a situação dos dados, mesmo que isso implique fazê-lo de um modo negativo. Deveríamos exigir a regulamentação do uso dos dados, sendo transparentes sobre sua utilidade, sua origem, seu destino e até mesmo como a coletividade poderia ou não usá-los. Para isso, precisamos reabilitar as instituições e regular a economia perigosamente extrativa - seja para o meio

¹⁴Ver Ross Exo Adams, "Becoming Infrastructural", 2017. <https://www.e-flux.com/architecture/positions/149606/becoming-infrastructural/>

¹⁵Ver por exemplo Nanna Bonde Thylstrup, "Data out of place: toxic traces and the politics of recycling", *Big data society*, setembro de 2019.

ambiente ou para os humanos - neste mundo digital, que é vendido aos cidadãos como existindo apenas em uma

"nuvem" separada de nossas realidades terrenas.

Referências

- ADAMS, Ross Exo "Becoming Infrastructural", 2017. <https://www.e-flux.com/architecture/positions/149606/becoming-infrastructural/>
- AGAMBEN, G. *Meios sem fim: notas sobre a política*. Trad. Davi Pessoa Carneiro. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.
- AGAMBEN, G. *Moyens sans fins. Notes sur la politique*, Paris, Payot Rivages, 2002 [1993].
- GUATTARI, Félix; DELEUZE, Gilles. *A Thousand Plateaus*. 1980.
- HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. W. *La dialectique de la raison*, 1944.
- MALABOU, Catherine. The Ontology of the Accident: An Essay on Destructive Plasticity. *Polity*, 2012.
- PELLIZZONI, L. "Governing through disorder: neoliberal environmental governance and social theory ", *Global Environmental change* 21(2011).
- ROSSET, Clément. *Le Réel. Traité de l'idiotie*, Minuit, 1977/2004.
- ROUVROY, A. *Human Genes and Neoliberal Governance. A Foucauldian Critique*, Routledge-Cavendish, 2017.
- THYLSTRUP, Nanna Bonde "Data out of place: toxic traces and the politics of recycling", *Big data society*, setembro de 2019.

Recebido: 10/12/2020

Aprovado: 20/12/2020

Publicado: 31/01/2021